

*Aprovação por
transmissão na reunião
de 22/11/2014
O Presidente do C.F.*



Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

PLANO DE ATIVIDADES

E ORÇAMENTO

2015



Faro, 12 de novembro de 2014

[Handwritten signature]

ÍNDICE:

1. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2015	3
1.1. Introdução	3
1.2. Linhas de Orientação Estratégica	4
1.3. Respostas Sociais Atuais	5
1.3.1. Educação	5
1.3.2. Saúde	6
1.4. Respostas Sociais Futuras	7
1.4.1. Jardim de Infância do Montenegro	7
1.4.2. UCCI de Monchique	8
1.4.3. Projetos Futuros	8
1.5. Manutenção de Imóveis	8
1.6. Atividades Culturais	9
1.7. Marketing	9
1.8. Fornecedores	10
1.9. Recursos Humanos	10
1.10. Área Financeira, Administrativa e Sistemas de Informação	12
2. ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015	13
2.1. Princípios Orientadores	13
2.2. Pressupostos	13
2.1.1. Rendimentos	13
a) Prestações de Serviços	13
b) Subsídios, doações e legados à exploração	14
2.1.2. Gastos	15
a) Consumo de Géneros Alimentares	15
b) Fornecimentos e Serviços Externos	15
c) Gastos com Pessoal	16
d) Depreciações	16
e) Gastos Financeiros	16
2.3. Demonstração dos Resultados Previsional para 2015	17
2.4. Investimentos a Médio e Longo prazo para 2015	17
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL	18



1. Plano de Atividades para 2015

1.1. Introdução

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem a Administração submeter à apreciação do Conselho de Fundadores o Plano de Atividades e Orçamento referentes ao ano de 2015.

Não obstante a imprevisibilidade inerente a uma previsão, continuamos, como sempre o fizemos, a ousar de forma acentuada e a conduzir a Instituição por caminhos que, em nosso entender, nos vão guiar ao sucesso.

De acordo com a estimativa do Eurostat, o produto interno bruto (PIB) da área do euro registou uma taxa de crescimento de 0,2 por cento em cadeia no terceiro trimestre de 2014, após 0,1 por cento no trimestre anterior. A variação homóloga do PIB manteve-se estável em 0,8 por cento. As previsões da Comissão Europeia (CE) indicam que o PIB da área do euro deverá crescer, em termos médios anuais, 0,8 por cento em 2014, acelerando gradualmente para 1,1 e 1,7 por cento em 2015 e 2016. A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) da área do euro subiu em outubro de 0,3 para 0,4 por cento.

Em Portugal, de acordo com a estimativa rápida das Contas Nacionais Trimestrais, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no terceiro trimestre de 2014 o PIB apresentou uma variação homóloga de 1,0 por cento em volume (0,9 por cento no segundo trimestre), tendo aumentado 0,2 por cento face ao trimestre anterior (0,3 por cento no segundo trimestre).

Em outubro de 2014, o IHPC registou uma variação homóloga de 0,1 por cento, após uma variação nula no mês anterior. A taxa de variação anual manteve-se estável em -0,1 por cento. A evolução da variação homóloga reflete uma menor queda dos preços dos bens e um aumento ligeiramente menor dos preços dos serviços.

De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, no terceiro trimestre de 2014 a taxa de desemprego situou-se em 13,1 por cento, o que representa uma diminuição de 2,4 p.p. face ao trimestre homólogo. No mesmo período, o número de desempregados diminuiu 16,0 por cento, após uma queda de 15,9 por cento no trimestre anterior. O emprego total aumentou 2,1 por cento em termos homólogos, após um aumento de 2,0 por cento no segundo trimestre.



Fonte: Projeções Económicas do Banco Portugal

		Data da projeção	2013	2014 (p)	2015 (p)	2016 (p)
PIB (tvh %)	Portugal	08-10-2014	-1,4	0,9	1,5	1,7
	Área Euro	04-09-2014	-0,4	0,9 [0,7;1,1]	1,6 [0,6;2,6]	1,9 [0,6;3,2]
Índice harmonizado de preços no consumidor (tvh %)	Portugal	08-10-2014	0,4	0,0	1,0	1,1
	Área Euro	04-09-2014	1,4	0,6 [0,5;0,7]	1,1 [0,5;1,7]	1,4 [0,6;2,2]

Tabela n.º 1 - Resumo das projeções económicas

Antecipa-se um ano de 2015 condicionado pela, ainda, difícil situação económica e financeira que o país atravessa. As perspetivas da sua evolução futura determinam, necessariamente, que o futuro seja visto com grande preocupação.

É num contexto de grande incerteza que iremos conceber o plano de atividades para o ano de 2015. Encaramos o próximo ano com muita prudência, quer nos atos de investimento a praticar, quer na gestão corrente.

O orçamento reflete, também, as orientações do Orçamento de Estado, nas áreas da saúde, segurança social e educação, além de procurar continuar uma cautelosa política de recursos humanos em que, apesar da abertura de novos equipamentos, tem havido contenção na admissão e procura de novas receitas.

1.2. Linhas de Orientação Estratégica

É nossa intenção expandir a nossa atividade a todos os concelhos do distrito de Faro, quer no apoio à infância, quer no apoio à 3ª idade, quer ainda no apoio aos serviços de saúde, sempre em articulação com as respetivas autarquias ou outras entidades abertas a parcerias que tenham em vista a resolução de quaisquer problemas de índole social.

Durante o ano de 2014 foram dados os primeiros passos para a constituição de um Conselho Pedagógico. Pretende-se que o mesmo seja constituído em 2015 de forma a ajudar a FADS na definição da sua política educativa futura.

Seguindo a política de anos anteriores, teremos como objetivo o estudo de todos os apoios que sejam promovidos pela segurança social, ministério da educação, ministério da saúde e outras instituições, no intuito de modernizar as atuais valências e diversificar a nossa atividade.



Pretendemos continuar a efetuar contactos com diversas entidades, empresariais ou outras, no intuito de conseguir obter apoios necessários ao funcionamento da instituição, pois a sobrevivência de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) depende, em larga escala, da existência de donativos efetuados por outras instituições e/ou particulares.

Durante o ano de 2015, tal como em anos anteriores, podemos beneficiar da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

Tendo em conta as recomendações da Segurança Social, inscritas nos manuais da qualidade, continuamos a promover a implementação do processo de gestão da qualidade, de forma a dar resposta às exigências e a preparar uma futura certificação da instituição.

A nova orientação estratégica passará ainda pela aposta de prestação de serviços na área da formação profissional. Durante o ano de 2014, foi constituída uma equipa de trabalho para preparar a acreditação da FADS enquanto entidade formadora. Esperamos concluir este processo durante 2015.

É nosso objetivo estratégico dar maior notoriedade à FADS, no sentido da intervenção da instituição obedecer a princípios e condutas que dignifiquem o seu prestígio e a imagem externa. Dessa forma, pretendemos atualizar o site, acentuar a nossa presença nas redes sociais e organizar e marcar presença num conjunto de eventos.

Será executado um controlo de gestão por atividade, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível melhorar a sustentabilidade da FADS.

1.3. Respostas Sociais Atuais

1.3.1. Educação

Atualmente temos a responsabilidade de gerir 6 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 456 utentes, empregando aproximadamente 100 funcionários.

O ano letivo de 2014/2015, tal como em anos anteriores, apresenta lotação completa. Pretendemos iniciar a exploração do Jardim de Infância do Montenegro em Setembro de 2015. Este novo equipamento social terá a lotação de 75 utentes.



No que diz respeito aos valores das mensalidades, da responsabilidade dos utentes, verificou-se uma estabilização de valores face ao ano letivo anterior, em que tinha ocorrido uma diminuição de 11%, face ao período homólogo.

Tendo em consideração as comunicações da Segurança Social, a exploração do ATL, no regime de comparticipação atual (ATL clássico sem almoço) será substituída pelo regime de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço. Este novo regime de comparticipação implica alterações significativas no funcionamento do ATL, pois representa uma diminuição de um terço no valor comparticipado pela Segurança Social. As alterações da comparticipação implicam uma redução da estrutura de pessoal e de outros gastos de funcionamento.

A Administração estará atenta à conjuntura que envolve o ATL sabendo que será necessário repensar o futuro desta valência. A transformação do equipamento num outro tipo de resposta social será certamente objeto de reflexão pela atual Administração.

1.3.2. Saúde

A exploração da UCCI Milreu iniciou-se no dia 7 de outubro de 2013. Até Outubro de 2014 verificou-se uma ocupação média de 93%, estando acima do limiar mínimo dos 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%.

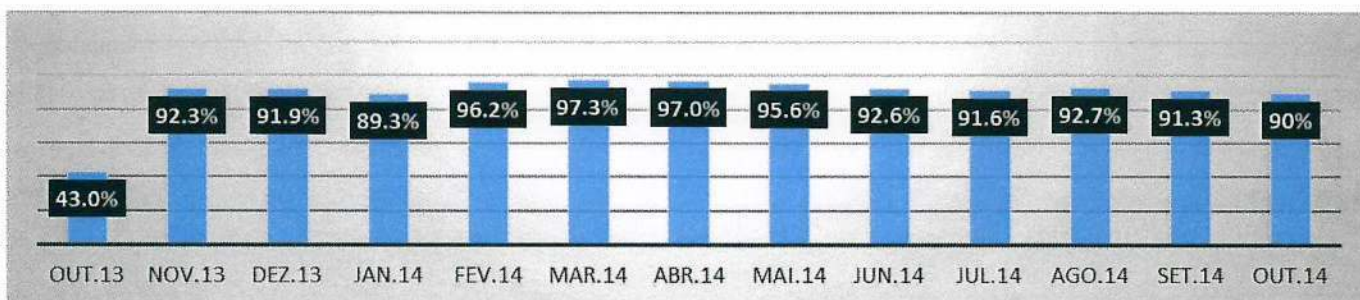


Tabela n.º 2 – Evolução da ocupação da UCCI Milreu

Durante o ano de 2014, a ARS Algarve autorizou a exploração, em regime privado, das 7 camas não comparticipadas no contrato de exploração celebrado. Verificou-se uma ocupação média de 75% destas camas. Será efetuado um esforço, ao nível da política de comunicação, para se atingir os 100%.

A UCCI Milreu pretende prestar os seguintes cuidados e serviços:

- Atividades de manutenção e de estimulação;
- Cuidados de enfermagem diários;
- Cuidados médicos;

- Prescrição e administração de fármacos;
- Apoio psicossocial;
- Controlo fisiátrico periódico;
- Cuidados de fisioterapia, de terapia ocupacional e da fala;
- Animação sociocultural;
- Higiene, conforto e alimentação;
- Apoio no desempenho das atividades de vida diária;
- Apoio nas atividades instrumentais de vida diária;
- Os demais serviços e atividades inerentes ao funcionamento da Unidade.

Continuaremos a acompanhar e melhorar as seguintes temáticas:

- Regulamento interno;
- Guia de acolhimento;
- Manual de procedimentos;
- Gestão da qualidade;
- Preparação de plano de formação interno;
- Acordos diversos (farmácias, alimentação, consumíveis, ambulâncias, etc.)

1.4. Respostas Sociais Futuras

1.4.1. Jardim de Infância do Montenegro

No dia 30 de Outubro de 2014, foi aprovada a licença para a construção do jardim-de-infância do Montenegro. A obra tem um prazo de execução previsto de 4 a 6 meses. Pretendemos iniciar a exploração em Setembro de 2015. A nova valência terá a lotação de 75 utentes repartidos por 3 salas. Será necessário contratar 3 educadores de infância, 6 auxiliares de educação e um auxiliar de limpeza. Tal como em projetos anteriores, vamos recorrer às medidas de apoio ao emprego, tais como: medida estágio emprego e medida estímulo emprego.

A obra será executada pela empresa Clean Construction S.A. e tem um custo de 282.000,00 euros. O projeto foi executado pela empresa Saraiva e Associados e a Coordenação de Segurança e Fiscalização será executada pela empresa Concexpla. A obra será financiada pelo Novo Banco SA.



1.4.2. UCCI de Monchique

A construção da UCCI de Monchique foi suspensa após despacho do gabinete do Secretário de Estado da Saúde. O Financiamento do estado foi suspenso para todas as unidades que ainda não tinham iniciado a construção. Sem o financiamento a fundo perdido do programa modelar não será possível o investimento.

1.4.3. Projetos Futuros

Após a estabilização do funcionamento da UCCI Milreu pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos. Serão constituídas equipas de trabalho para estudar os seguintes projetos:

- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Extensão dos serviços médicos da UCCI à comunidade de Estoi;
- Refeitório Social;
- Serviços de formação profissional nas áreas da saúde e educação.

1.5. Investimentos e Manutenção de Imóveis

Continuamos a investir na manutenção e reparação de todos os imóveis, quer sejam nossos ou cedidos pelos Fundadores, respeitando e dando cumprimento a todas as exigências legais, tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição.

Tendo em consideração as diversas valências e imóveis foi recrutado um técnico, a tempo inteiro, para a manutenção e reparação das nossas valências. Foi adquirida uma viatura para este funcionário.

Pretendemos efetuar as seguintes aquisições e/ou melhoramentos nas valências:

- Renovação do equipamento do espaço exterior da creche em Faro;
- Aquisição de material didático para todas as valências;
- Aquisição de iluminação LED para todas as valências (Financiado pelo PO Algarve 21 – Eixo 2 – Energia);
- Aquisição de painel Fotovoltaico para a Creche e Jardim de Infância do Montenegro (Financiado pelo PO Algarve 21 – Eixo 2 – Energia);
- Aquisição de painel solar térmico para a Creche e Jardim de Infância do Montenegro (Financiado pelo PO Algarve 21 – Eixo 2 – Energia);



1.6. Atividades Culturais

Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, iremos continuar a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, workshops, exposições.

As atividades promovidas irão ter também uma vertente formativa que será direcionada, numa primeira fase, para as famílias e profissionais da educação. Posteriormente poder-se-á abrir a grupos específicos e comunidade em geral.

Em 2015 pretendemos promover, para além dos eventos regulares, o seguinte:

- Organização da 2.ª conferência de educação em parceria com a Universidade do Algarve;
- Organização do dia da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização da 1.ª caminhada da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social;
- Organização de diversos *workshops*;
- Dinamização do Grupo de Teatro da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social.

1.7. Marketing

Tendo como objetivo estratégico dar maior visibilidade à instituição, no nosso plano de marketing, a política de comunicação ocupa uma elevada importância. Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade.

Após o lançamento do *site* e da página no *facebook* vamos continuar a dinamizar estas ferramentas com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição. Pretendemos organizar e marcar presença num conjunto de eventos que possibilitem dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.

Tal como em anos anteriores será realizada a avaliação da satisfação dos utentes de todas as valências.

Pretendemos antecipar o processo de admissões para o ano letivo 2015/2016 para o início de 2015. Iremos recorrer a diversas ferramentas de comunicação tais como: flyers, cartazes, mailing e outdoors. De forma a aumentar a ocupação das camas privadas da UCCI Milreu é nosso objetivo colocar um outdoor e distribuição de flyers e mailing.



1.8. Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos. Com esta política tem sido possível efetuar economias de escala mantendo a qualidade da nossa oferta.

Durante o próximo ano vamos continuar a procurar uma redução de gastos tentando negociar/estudar o seguinte:

- *Outsourcing* das cozinhas de todas as valências (sem junção de cozinhas);
- *Outsourcing* das cozinhas de todas as valências (com junção de cozinhas no centro infantil do Montenegro);
- Centralização dos serviços de lavandaria e engomadoria na UCCI Milreu;
- Contrato de telecomunicações fixas e móveis;
- Negociação de *rappel* com fornecedores de medicamentos e consumíveis médicos;
- Renegociação de carteira de seguros;

1.9. Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, quer colaborem com ou dirijam a FADS, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos continua a ser um dos nossos principais objetivos.

Na senda da evolução das transformações organizacionais que têm vindo a ser implementadas, o ano de 2015 constituirá mais um passo de maturação e consolidação do esforço de centralização de serviços, e conseqüente uniformização de procedimentos, em ordem à obtenção de maior eficiência com conseqüentes ganhos de produtividade, assim como a sedimentação de mecanismos organizacionais plasmados nos Regulamentos Internos institucionais.

O contexto recessivo da situação económica do país, tem reflexos diretos no âmbito das atividades desenvolvidas e neste contexto, o planeamento do ano 2015, tem que perspetivar-se na procura de um ponto de equilíbrio, entre as necessidades de continuidade de prestação dos múltiplos serviços de qualidade que constituem o desiderato da Instituição, o necessário incremento dos mesmos, bem como a criação de condições para os novos projetos a implementar. Importa assim, em função das características concretas dos colaboradores, gizar estratégias que permitam uma rentabilização máxima dos mesmos.

Em obediência a estes princípios devemos procurar desenvolver os colaboradores da Instituição, reconvertendo-os ou dando-lhes formação, para adquirirem as competências que se antevejam como necessárias.



Nas políticas de pessoal ou naquelas que afetam as pessoas existem objetivos que se constituem como permanentes, a saber:

- Detecção de potenciais redundâncias e avaliar as possibilidades de reconversão ou dispensa;
- Definir as necessidades de formação;
- Avaliar o impacto de novas tecnologias;
- Avaliar o impacto de formas diferentes de organização do trabalho, designadamente a polivalência;
- Implementação do *outsourcing* em certas áreas.

Nesta conformidade, e para a prossecução dos princípios acima enunciados, continuaremos a praticar ações consideradas estruturais neste domínio como:

- A implementação de um sistema de avaliação de desempenho;
- A elaboração de Plano de Formação;
- A certificação enquanto entidade formadora;
- O incremento da formação interna;
- A formalização e gestão dos apoios à contratação (Estágios Emprego, Reembolso TSU, Estímulo Emprego, etc.);
- O aprofundamento do processo de centralização dos vários Serviços de Recursos Humanos;
- A revisão e uniformização dos procedimentos organizacionais.

Desde 2012, ano em que foi aprovada a 1.^a candidatura a um programa de formação gerido pelo POPH, que a FADS tem beneficiado de várias horas de formação financiada. Do projeto em vigor, podemos ainda beneficiar de 3 ações de formação de 50 horas cada. Estão previstas ações de formação em técnicas de atendimento, Imagem/Vídeo – Captação, Registo e Edição.

Relativamente às medidas de apoio à contratação, com reflexo no orçamento de 2015 existem protocolados 7 contratos estágio emprego e 9 contratos de trabalho Medida Estímulo Emprego.

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, continuaremos a aceitar diversos estágios dos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação e da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Saúde do Instituto Jean Piaget de Silves e de outras instituições.



1.10. Área Financeira, Administrativa e Sistemas de Informação

Durante o ano de 2015 pretendemos centralizar o Departamento Financeiro na sede da FADS e reformular todo o sistema de gestão aplicado à gestão. Foi adjudicado o serviço de execução de um novo *software* de gestão desenvolvido à medida das nossas necessidades, que possibilita informatizar o maior número possível de tarefas. O desenvolvimento dos sistemas de informação irá permitir, neste domínio, melhorar a capacidade de interagir com os restantes departamentos permitindo uma atuação em tempo útil no desencadeamento de medidas de controlo.

Pretendemos implementar o modelo de auditoria interna em toda a instituição de forma a melhorar o controlo orçamental e a sua execução.

Continuarão a ser promovidas as seguintes reuniões mensais:

- Conselho de Administração;
- Comissão executiva;
- Conselho diretivo da UCCI;
- Coordenadores de valência;
- Departamento administrativo e financeiro.

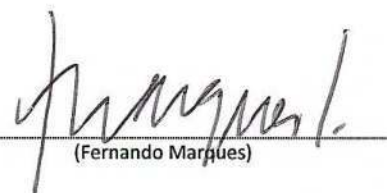
Um dos grandes objetivos para o próximo ano é a renegociação de todo o passivo bancário, especialmente junto do Novo Banco. Já foram realizadas diversas reuniões com as respetivas instituições financeiras no intuito de melhorar as condições comerciais dos financiamentos.

Faro, 3 de Novembro de 2014

A Administração


(Luís Coelho)


(Nuno Carrilho)


(Fernando Marques)

2. Orçamento para o exercício de 2015

2.1. Princípios Orientadores

Nos tempos atuais seria impensável qualquer organização enfrentar os desafios futuros sem os preparar antecipadamente através da construção de orçamentos como ferramenta indispensável para planear o futuro económico e financeiro das organizações.

O orçamento foi preparado com base nos pressupostos e previsões abaixo desenvolvidos, tendo presente o Plano de Atividades.

Na extensão em que dependem da informação histórica do exercício de 2014, as previsões relativas ao orçamento corrente foram suportadas nas estimativas efetuadas para este exercício, a partir da informação já conhecida.

Paralelamente, foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, sem que tal tenha condicionado os valores apresentados.

O orçamento é apresentado tendo em conta o novo o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) aprovado pelo DL n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

2.2. Pressupostos

2.1.1. Rendimentos

a) Prestações de Serviços

Educação

Esta rubrica considera as matrículas e mensalidades de utentes. O valor previsto até agosto de 2015 é baseado nas mensalidades reais para o ano letivo 2014/2015. De setembro a dezembro de 2015 considera-se um aumento de 1% e uma ocupação igual ao ano letivo anterior. No ATL foi considerado o funcionamento em regime de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço.

A partir de Setembro de 2015 foi considerado o início da exploração do jardim de infância do Montenegro, com uma lotação de 75 utentes e uma mensalidade média igual ao valor médio da Creche do Montenegro no ano letivo 2014/2015.

Saúde

Esta rubrica considera os encargos com apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu (parte não financiada pela Segurança Social). Considerou-se uma ocupação de 100% e um crescimento de 1% nos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Em relação às camas não comparticipadas, considerou-se uma ocupação média de 90% e um crescimento de 1% nos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados.

b) Subsídios, doações e legados à exploração

Educação

Esta rubrica considera as comparticipações e subsídios à exploração do centro regional de segurança social estipuladas nos contratos de comparticipação financeira. Considerou-se um aumento médio de 0.6%, igual ao verificado em 2014 e uma ocupação igual ao ano letivo anterior.

No ATL foi considerado o funcionamento em regime de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço.

Inclui ainda uma compensação anual do diferencial mensal ao abrigo do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar. Por prudência, considerou-se um valor igual ao ano anterior.

Saúde

Esta rubrica considera as comparticipações do estado calculadas com base na Portaria n.º 220/2011 de 1 de Junho. Esta portaria fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Atualmente, o valor diário a receber por utente, previsto na portaria é o seguinte:

<i>Tabela de Preços RNCCI</i>	<i>Valores</i>
Encargos com os cuidados de saúde	18.61
Encargos com medicamentos	10.00
Encargos com os cuidados de apoio social	30.34
Encargos com utilização de Fraldas	1.24
Valor diário a receber por utente	60.19

Tabela n.º 3 – Preços dos cuidados de saúde

Considerou-se uma ocupação de 100% e um crescimento de 1% nos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

2.1.2. Gastos

a) Consumo de Géneros Alimentares

Esta rubrica considera todo o consumo de géneros alimentares necessários às refeições dos utentes de todas as valências e para a UCCI.

Os valores são orçamentados com base nos valores fixos de fornecimento diário por utente, acordados com a empresa Uniself.

Considerou-se um aumento médio de 1% para os anos seguintes.

b) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica considera todos os fornecimentos e serviços externos. O orçamento é feito com base na experiência passada da instituição.

A esmagadora maioria dos gastos dizem respeito a consumos de eletricidade, água, gás, comunicação e limpeza. Consideram-se os ajustamentos inerentes ao reforço ou diminuição da atividade e do exercício das várias competências técnicas e administrativas.



c) Gastos com Pessoal

A previsão dos gastos com o pessoal é feita com base nos níveis salariais previstos nos contratos coletivos de trabalho que se aplicam às áreas de atividade desenvolvidas. Considerou-se uma taxa de crescimento anual de 1%.

Considerou-se o aumento obrigatório de 0.4% na taxa de segurança social da entidade empregadora. As taxas de segurança social e caixa geral de aposentações consideradas foram:

	Segurança Social Ent. Empregadora	Segurança Social Trabalhador	CGA Ent. Empregadora	CGA Trabalhador	Total
Trabalhadores das IPSS	21.6%	11%	---	---	32.6%
Educadores	7.8%	---	15%	11%	33.8%

Tabela n.º 4 - Taxas de segurança social e caixa geral de aposentações

Relativamente às medidas de apoio à contratação, com reflexo no orçamento de 2015 existem protocolados 7 contratos estágio emprego e 9 contratos de trabalho Medida Estímulo Emprego.

d) Depreciações

Nesta rubrica considera-se as depreciações calculadas de acordo com a legislação em vigor.

Estão calculadas depreciações para os seguintes ativos fixos tangíveis:

- Edifícios e outras construções
- Equipamento Básico
- Ferramentas e Utensílios
- Equipamento Administrativo

e) Gastos Financeiros

Esta rubrica considera todos os gastos financeiros necessários ao financiamento dos investimentos efetuados ou a efetuar pela FADS.

2.3. Demonstração dos Resultados Previsional para 2015

Rubrica	Total
Vendas	0
Prestações de Serviços	889 797
Variação nos Inventários da produção	0
Trabalhos para a Própria Entidade	0
Subsídios, doações e legados à exploração	1 684 597
Reversões	0
Ganhos por aumentos de Justo Valor	0
Outros rendimentos e ganhos	54 925
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0
Total de Rendimentos	2 629 319
Custo Merc. vendidas e matérias consumidas	398 402
Fornecimentos e Serviços Externos	401 295
Gastos com o Pessoal	1 461 044
Gastos de Depreciação e de Amortização	149 046
Perdas por imparidade	0
Perdas por redução de justo valor	0
Provisões do período	0
Outros Gastos e Perdas	3 490
Gastos e Perdas de Financiamento	211 612
Total de Gastos	2 624 889
Resultado antes depreciações, gastos financiamento e impostos	365 088
Resultado Operacional (antes de gastos financiamento e impostos)	216 042
Resultado antes de impostos	4 430
Resultado líquido do exercício	4 430

2.4. Investimentos a Médio e Longo prazo para 2015

Investimento de Médio e Longo Prazo	Valor
Ativos Intangíveis	3 000
Programas de Computador	3 000
Outros ativos intangíveis	
Ativos Fixos Tangíveis	533 805
Terrenos e recurso naturais	
Edifícios e Outras Construções	503 805
Jardim Infância Montenegro	347 592
ALG-02-0965-FEDER-000082 – FADS CI Montenegro	73 272
ALG-02-0965-FEDER-000084 – FADS Creche Faro	31 607
ALG-02-0965-FEDER-000085 – FADS ATL Faro	22 577
ALG-02-0965-FEDER-000087 – FADS JI Faro	11 394
ALG-02-0965-FEDER-000088 – FADS CI Olhão	17 362
Equipamento Básico	20 000
Equipamento de Transporte	5 000
Equipamento Administrativo	5 000
Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Total de Investimento de Médio e Longo Prazo	536 805



3. Parecer do Conselho Fiscal

Para cumprimento dos estatutos e demais legislação aplicável, vem o Conselho Fiscal, apresentar o seu parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2015.

O Plano de Atividades descreve sumariamente a atividade a desenvolver pela Fundação Algarvia durante o ano 2015 e ajuda a interpretar o Orçamento, na medida em que evidencia os factos mais relevantes e os fatores que para eles irão contribuir.

O Orçamento espelha fielmente o resultado económico do Plano de Atividades a executar durante o ano 2015.

Em resumo, o Conselho Fiscal é da opinião que o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2015 satisfaz as disposições legais e estatutárias.

Consequentemente, propõe:

- Que aproveie o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2015

Faro, 5 de novembro de 2014

O Conselho Fiscal


(Manuel Alexandre)


(Sandra Marques)